



## A COR DO TOM: A AVALIAÇÃO AO SABOR DA TRAMA DE UM JUÍZO DE VALOR<sup>1</sup>

Ademar de Lima Carvalho

**RESUMO:** O presente artigo aborda a questão da avaliação do processo ensino e aprendizagem. Para refletir sobre a prática avaliativa, tomo como eixo norteador de inspiração metodológica a experiência educativa de "ensinante e aprendiz", ancorado ao aporte teórico da pedagogia crítica na dimensão do pensamento epistemológico e educativo freiriano. Parto da compreensão que a avaliação é resultado da concepção de educação e tem uma relação indissociável à organização do trabalho pedagógico da escola. Neste movimento, entende-se que, o ato de avaliar não é neutro, obedece a regras técnicas e políticas. Desta feita, aqui a avaliação está sendo compreendida como um ato político que potencializa o desenvolvimento da capacidade de o aluno pensar, construir e reconstruir conhecimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** avaliação; prática educativa; aprendizagem.

**ABSTRACT:** The current article approaches the question of the teaching and learning assessment practice. Taking as a turn point a methodological inspiration, the educative experience of being teacher-and-learner; based on the theoretical support of the critical pedagogy in the dimension of Freire's epistemological and educative thoughts. I start from the comprehension that the assessment is the result of an educational conception and it has a strict relation to the organization of the pedagogical work of the school. Like this, one can understand that, the act of evaluating isn't neuter, it obeys the technical and political rules. In this sense, the assessment here is being understood as a political act that powers the students' development in thinking, building and rebuilding the knowledge.

**KEY WORDS:** evaluation; practical educative; learning.

O objetivo que se pretende com este texto é apresentar uma reflexão sobre a avaliação e sua função política no processo de ensino e aprendizagem. Portanto, o título que dei a este artigo, **a cor do tom**: a avaliação ao sabor da trama de um juízo de valor, parece não soar bem aos nossos ouvidos. O educador, o professor e o estudante podem

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de uma palestra proferida na XII Semana de Pedagogia/2004 – Departamento de Educação/CUR/UFMT

## **Revista da Faculdade de Educação**

---

ter ficado surpreendidos por ser agora convidados a mergulhar/navegar comigo no universo da educação e libertar-se do preconceito acerca da avaliação. O meu desejo é que todos os educadores e estudantes sintam-se convidados a percorrer comigo um caminho possivelmente árduo, porém, necessário para diagnosticar a aprendizagem e a própria prática dos atores envolvidos no processo educativo na perspectiva de melhorar a qualidade do desenvolvimento humano dos sujeitos. Não se assuste, tal desafio pressupõe a compreensão de que a tarefa do educador, do estudante é muito simples, ou seja, basta que aprenda a remover as pedras do caminho para que possa compreender a novidade original de seu tempo.

Mas, antes de adentrar no âmago da questão da avaliação e pensar no amanhã, faço referência à necessidade de viver o presente. Neste meio século de existência, no movimento do processo de estudante e educador, de tanto ouvir falar de avaliação, reprovação, progressão automática, ciclo e, assim, de tanto me encharcar das implicações que incidem nesses processos e na sua relação com a formação de professores – especialmente os da escola pública -, transformei-me numa espécie mutante da lucidez do “maluco beleza”.

Nessa dimensão da maluquice mutante, o ato de assumir a opção de trilhar o caminho profissional do ser professor é ter a coragem de envolver no processo de desatar os “nós-mutantes” que impulsionam o educador e, assim, o educando, a descobrir o sentido da vida, sobretudo, a entender que a prática pedagógica no cotidiano da sala de aula é decorrência do projeto assumido como sujeito histórico social. Educar, ensinar, aprender, avaliar configuram como um tecido epidérmico dessa realidade.

Por outro lado, vale ressaltar que, escrever sobre avaliação para um público especial como professores e estudantes constitui sempre num desafio, deixa-me perplexo e, por isso, - começo dizendo - que nesta reflexão sobre a avaliação e sua função política, a minha atitude diante da realidade objetiva é de um mero espectador, contudo, com a finalidade de ficar simplesmente numa posição nuclear necessária para melhor compreender o significado do jogo. Ao me colocar na postura do espectador, no entanto, não me eximo da responsabilidade do envolvimento ativo na realidade. Trata-se, meramente de uma opção metodológica quanto à perspectiva apenas de ocupar uma posição focal que tem por finalidade contemplar o todo. É que, como coadjuvante do espetáculo, o cenário despertou-me a curiosidade para entender que pensar a prática é o instrumento – eficiente e eficaz - que o professor

### **Multitemáticas - Ano III - nº 03 - Jan/Jun 2005**

---

dispõe para apreender a dimensão significativa de toda a experiência educativa de "ensinante e aprendiz".

Portanto, é importante destacar que a ação educativa só passa a ter significado quando todos estão imbuídos da necessidade e desejo de responder a um desafio. Hoje somos induzidos a compreender a novidade original da arte de ensinar: a avaliação. Em suma, o que sustenta nossa perspectiva é a certeza de que o que move o educador é a paixão pela compreensão e a decisão de inovar a prática.

Não se amedronte! Avaliar o eu, o outro e o universo circundante faz parte da dinâmica cotidiana da vida. Logo, aprender conjugar o verbo avaliar - fazer juízo de valor - é uma necessidade inerente ao desejo humano. Avaliar é "interrogar e interrogar-se". É acreditar que, a cada dia que nasce, a cada aula ministrada, ressurge a esperança de uma educação de qualidade social que projeta o ser humano, como sujeito autônomo na construção da existência. A avaliação implica num comprometimento político da escola e do professor com a aprendizagem significativa do aluno, no sentido de colaborar com a sua atuação crítica como cidadão no mundo. Por isso, que a ação avaliativa do professor tem como consequência o compromisso político, visando potencializar o desenvolvimento qualitativo da aprendizagem do educando, tanto no aspecto formal como na dimensão político social.

Avaliar, como afirma Correa (2003), é compreender que o "não aprender é parte indissociável do processo de aprender" e que "aprender é condição de sobrevivência de qualquer organismo vivo". Isso nos faz compreender que pensar sobre a questão da avaliação implica indispensavelmente partir da premissa de que o ser humano está sempre em processo de aprendizagem. Como o ser humano é um ser que avalia permanentemente, já que está envolvido diretamente num conjunto de relações permeadas de valores, exige-se que o sujeito promova a auto-avaliação, visando à afirmação de sua identidade como sujeito social.

O fato real é que o desejo de saber é inerente ao ser humano, porém a forma de ensinar no cotidiano escolar pode levar a exaurir a vontade de o estudante construir conhecimento na dimensão informal e formal. Um projeto educativo que distancia o fazer pedagógico da vida estimula no educando o desejo de não aprender. Por outro lado, vale lembrar que é função da escola criar as condições necessárias que seduzem o sujeito a querer aprender e produzir conhecimento. Frente a esse universo de contradição que separa a escola da história de vida do sujeito, o "desejo desse aluno poder ser de não aprender,

## **Revista da Faculdade de Educação**

---

porque, para ele, aprender, inconscientemente, pode significar morrer enquanto sujeito, perder a sua identidade, sofrer etc. O não-aprender é a melhor saída que esse aluno encontrou para salvar-se como sujeito" (CO RREA, 2003, p.72).

A identidade do sujeito é uma construção social e histórica que, sem dúvida, é desenvolvida mediante o encontro com diferentes vertentes da realidade que, por ser esta sempre sujeita a uma imensa gama de interpretações e reações. Assim, a prática educativa no cotidiano escolar, por intermédio da avaliação, vai plasmando no aluno um conceito daquilo que sabe a seu respeito, de sua capacidade de aprender e produzir conhecimento que, por sua vez, pode apresentar-se pelas noções de sucesso ou fracasso. A perda da capacidade de auto-avaliar, retira do sujeito a percepção do sentido e do significado que tem do valor de sua existência e, conseqüentemente, o resultado desta situação é a produção do esvaziamento da memória histórica, degradação da identidade social do sujeito.

A questão nuclear que desafia a todos nós é a tomada de consciência do lugar onde estamos-representamos quando avaliamos. A bem da verdade, para compreender a avaliação escolar na sua ampla dimensão é preciso penetrar no processo da organização escolar formal, sua seriação, ciclo e pressupostos que os fundamentam, na perspectiva de entender como está organizada a sua concepção de espaço e tempo, da finalidade social da educação e do processo de ensino e aprendizagem e descortinarmos os efeitos que essas estruturas promovem sobre o processo educativo, sobre a formação dos sujeitos. Outro aspecto que precisa ser considerado é que, subjacente ao ato de avaliar, está presente uma rede de relações que precisa ser desvelada. É a compreensão do significado do processo social e educativo que envolve a trama dessas relações e o engajamento político como sujeito de transformação que indicam o caminho a ser percorrido - pelo professor- no movimento de ensinar, aprender, construir e avaliar.

O ato de avaliar não é neutro, obedece a regras - sociais, concepção de educação e conhecimento-, diz respeito à "como se organizam os tempos e os espaços da escola". Na compreensão de Freitas (2003, p. 14) "o espaço mais famoso da escola é a sala de aula e o tempo mais conhecido é o da seriação das atividades e dos anos escolares. Essa construção obedece a certas finalidades sociais, já que a escola é uma instituição social". Portanto, refletir sobre o papel político que a avaliação desempenha no processo de ensino e aprendizagem do aluno é fundamental para que o professor compreenda a política de organização da escola na atualidade, bem como o processo histórico

de seu distanciamento e aproximação em relação à vida e à prática social.

Nesse sentido, vale ressaltar que a educação formal desempenha uma função central no processo de formação dos sujeitos históricos. É por isso que, para melhor entender a questão da avaliação, faz-se necessário que esta seja perspectivada em sua relação com as políticas públicas e concepção de educação que as produzem historicamente. Diante dessa situação, faço as seguintes interrogações: que função desempenha a escola aonde você trabalha? A escola, de modo particular a pública, promove o ensino de qualidade para todos os estudantes? É o nível socioeconômico ou o pedagógico na escola que faz a diferença na aprendizagem do aluno?

A razão maior, como diz Freitas (2003), é que "há uma hierarquia econômica fora da escola que afeta a constituição das hierarquias escolares" que pode ser ou não determinista na forma de compreender a prática social. O fato real é que "há uma sociedade construída sobre a égide da competição" que produz a seletividade social e a escola pública foi gestada e está sendo gerida no seio dessa organização social excludente. Essa prática seletiva e excludente vem sendo reproduzida no cotidiano da sala de aula por uma ação educativa eivada de ingenuidade desconfigurada pela falta de apropriação de um suporte teórico que dá conta da compreensão da realidade que trabalha (explicar, captar a essência para poder intervir). É importante que seja compreendido pelo professor que há uma ideologia propagada pelo sistema, que existe uma educação básica para todos, porém "a unificação dos tempos" dissemina a idéia da diversificação dos desempenhos.

A sociedade que se organiza a partir da dinâmica da hierarquização econômica é por natureza seletiva. Logo imprime uma política educativa que pede que a escola também distribua seletivamente o conhecimento. Este modelo de escola que separa a sua ação educativa da vida do sujeito aprendiz

foi ditado por uma necessidade ligada à formação social capitalista, a qual, para apoiar o desenvolvimento das forças produtivas, necessitou de uma escola que preparasse rapidamente, e em série, recursos humanos para alimentar a produção de forma hierarquizada e fragmentada e isso só era possível ser feito de forma escolarizada (FREITAS, 2003, p.26-27).

## **Revista da Faculdade de Educação**

---

A questão relevante que está sendo enfocada é que, numa escola em que a vida fica fora de seu projeto educativo, a avaliação se transforma num artifício técnico e mecânico, corporifica-se numa espécie de mercadoria visto que a aprendizagem gira fundamentalmente em torno da nota.

A dificuldade básica da avaliação hoje diz respeito à concepção de educação, de como “organiza o trabalho pedagógico, as relações de produção de conhecimento, de poder” social e na escola. Mas, a realidade objetiva da escola pública obriga-me a pensar que, apesar do desejo de alguns professores e do discurso oficial, visando contrariar a lógica da escola seriada e seu modo de avaliação, a estrutura da organização escolar e, nesta, a dinâmica da sala de aula ainda sofre as conseqüências e continua seguindo o jeito de pensar e organizar o tempo e espaço escolar, de acordo com os procedimentos da seriação. Logo, se a lógica do ensino, da avaliação está associada à concepção, ao modo de organização escolar, enquanto reflexo e produto do projeto ideológico que historicamente vem determinado à forma de organização social, há um empecilho real para mudar a prática pedagógica e avaliativa no contexto da sala de aula.

Partindo do movimento da metáfora da “água mole e pedra dura tanto bate até que fura” como premissa básica para tessitura deste texto no que se refere à avaliação, entende-se que há necessidade de lançar o olhar em águas mais profundas para que se aprenda a nadar. Acredito que avaliar é descobrir o caminho das pedras, a fim de que o professor e aluno possam andar com segurança no processo de ensinar, apropriar e construir conhecimento na relação pedagógica na sala de aula. Porém, as pedras podem ser classificadas, pelo menos, em três vertentes: rústica, semipreciosa e preciosa. Mas, a qualificação, o valor de uso e troca depende do sentido, da finalidade estabelecida pelo lapidário. Impulsionado, ainda pela metáfora das pedras, grosso modo, pode-se assim dizer que a avaliação significativa é aquela em que o educando faz a produção que agrada a quem está fazendo o juízo de valor.

Partindo do pressuposto de que no processo de avaliação está sempre presente o projeto de sociedade, concepção de educação e ideologia do professor, ratifica-se a tese de que a avaliação se configura numa questão técnica e política simultaneamente. Dessa forma, penso que a avaliação só é significativa se permitir aos educandos identificar seus “erros, acertos e lacunas” e aos professores identificar os avanços e dificuldades dos alunos, com o objetivo de melhor reconstruir

críticamente o conhecimento. Vale aqui perguntar: onde está o problema da avaliação? Na imagem de homem que a sociedade coloca como ideal e sua relação com o aluno real na sala de aula? Na formação docente? Na cisão entre o fazer e pensar a prática? Na dificuldade de dialogar com a complexidade do real, com a multiplicidade dos conhecimentos e as particularidades dos sujeitos? Na postura social assumida pela organização escolar? O que e como a escola ensina estão propiciando o crescimento, o desenvolvimento e a evolução do educando?

A escola na sociedade capitalista, de certa forma, reproduz a lógica de classe. A concepção de educação baseada no modelo de sociedade que se organiza, balizada na lógica da hierarquização econômica, imprime uma política educativa que determina que a escola também distribua seletivamente o conhecimento. Partindo do entendimento que há uma relação de interdependência entre a educação e o contexto histórico – político e hegemônico, e que o atual modelo de organização do trabalho escolar determina e controla o fazer do professor, a prática avaliativa desenvolvida no cotidiano da sala de aula alicerçada a este pressuposto teórico é também produtora da seletividade social.

Como a avaliação é indissociável do ensinar há, subjacente a sua prática, uma "imagem ideal de homem" preconizada pela sociedade de classe recheada do desejo de seletividade do indivíduo, apesar de o discurso incluir o cenário da totalidade. Na questão da avaliação, muitas vezes, o professor passa a assumir uma postura como se vivesse no demiurgo. No cotidiano da sala de aula, reproduz o substrato do projeto da perversidade social que reforça a separação entre o desejado e o vivido. Para transpor o universo da alegoria da caverna é indispensável que o educador tenha uma razoável clareza sobre as reais funções que o capital desempenha em relação ao seu trabalho pedagógico.

Diante desta situação, entendo que a prática pedagógica e avaliativa não pode ficar alheia aos vínculos entre trabalho e educação, visto que o processo educativo visa levar o educando a assumir e desenvolver uma determinada postura a ser seguida tomando como referência o patrimônio cultural produzido historicamente pela humanidade a ser apropriado e reelaborado no presente. Porém, para que a avaliação seja significativa, é preciso que o professor passe a olhar de uma maneira nova a realidade do ensino. Mas, somente uma atitude crítica pode ajudar a perceber a avaliação de uma maneira mais ampla.

## **Revista da Faculdade de Educação**

---

Portanto, há de se compreender que educar o sujeito real, no cotidiano da sala de aula implica em ultrapassar a simples função de transmitir conhecimentos e penetrar na dimensão do “capacitar a pessoa para que possa assumir um papel ativo e responsável dentro da coletividade”. Partindo desse olhar, é sempre salutar uma avaliação crítica do processo educativo, no sentido de que o educador possa assumir uma “atitude crítico-criativa diante de toda imagem ideal, do conteúdo, da finalidade, dos métodos e dos objetivos da educação” (GILES, 1983, p. 29). Nesse sentido, no processo de avaliação deve ser, ainda, considerados três aspectos essenciais: a forma que o ensino conduz à assimilação da dimensão da passividade ou de sujeito do processo; dimensão que envolve a relação com o outro no sentido de que o educando possa perceber as exigências da integração com a coletividade; dimensão crítica que procura aguçar a capacidade do educando para avaliar o processo de aprendizagem e realidade em vive (op. cit.).

Por outro lado, vale lembrar que, diante de um mundo em constante mudança, o ofício de ensinar, de conduzir à aprendizagem também está em permanente transformação, por isso, a exigência precípua de que a formação docente seja contínua. Ser professor hoje, afirma Gadotti, “é viver intensamente o seu tempo, com consciência e sensibilidade”. Tendo presente que sua tarefa básica de ensinar não ressume simplesmente em transformar a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formar pessoas. Neste movimento de transformação do mundo, penso como Gadotti, (2003), que

a escola precisa passar de uma concepção de educação como produção em série e de repetição de saberes da sociedade industrial, da parcelarização do conhecimento, para uma concepção transdisciplinar, intertranscultural, própria da era da informação pós-industrial, onde predomina a autonomia e a aprendizagem colaborativa, onde todos podem dizer a sua palavra (p.21).

Contudo, assinala Estaban (1999), “a transformação no processo de avaliação se configura no âmbito de um movimento mais amplo de reconstrução do sentido da escola e se articula ao movimento global de redefinição das práticas sociais”, (p.26-27).

Partindo do pressuposto que educar “é impregnar de sentido a vida” transformando o conhecimento estruturado a ser apropriado em

prazeroso para o aluno, a avaliação constitui-se numa questão técnica e política. Na perspectiva da educação de qualidade social, a avaliação é intrinsecamente um fenômeno político que deve estar a serviço da qualidade, promoção e desenvolvimento do sujeito. Aqui, a avaliação está sendo compreendida como ato político que potencializa o desenvolvimento da capacidade de pensar, construir e reconstruir conhecimento do aluno. Pensa-se no desenvolvimento qualitativo do aluno para que ele, como afirma Demo (1996), "saiba pensar, aprenda a aprender, para poder melhor intervir. Pensar bem, para intervir melhor" (p.92). Então, alicerçado numa concepção de educação que compreende que o professor tem a função nuclear de propiciar as condições pedagógicas que fazem fluir o saber, no aspecto de construir sentido para vida do aluno e da humanidade, ao mesmo tempo, busca, numa visão emancipadora, um mundo mais justo para todos. Assim, a avaliação passa a adquirir um estatuto emancipador de promoção da aprendizagem humana.

No entanto, é fundamental que o professor, como agente orientador do processo educativo na sala de aula, descubra o sentido radical do processo pedagógico que seja mais coerente com as necessidades fundamentais do aluno. Essa "compreensão abre o caminho para aquilo que pode vir a ser" uma educação, docência e avaliação de melhor qualidade.

A experiência cotidiana de ensinar e avaliar ajuda-nos a identificar o que é realmente essencial para construção da existência do sujeito. É também fundamental que o professor faça um diagnóstico das necessidades existenciais e lacunas do conhecimento do aluno, bem como uma auto-avaliação de seu processo de formação docente, a fim de que ambos possam engajar no movimento de busca que vislumbra o querer aprender, visto que uma polarização do ato de querer aprender implicaria no esfacelamento da relação indissociável entre educador-educando. É essa postura que nos leva a criar coragem para "lançar em águas mais profundas", quiçá descobrir o caminho das pedras no intuito de compreender a nossa verdadeira face de "ensinante e aprendiz" permanente. É o movimento da busca do sentido da existência, da apropriação do saber estruturado, vinculado à novidade original que atende às necessidades de aprendizagem do educando, visando ampliar o exercício da cidadania. É ainda, por intermédio do diálogo problematizador na sala de aula, cujo conteúdo perfaz a relação com o saber escolar e a sociedade, que a ação educativa se constitui numa oportunidade essencial para que os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem possam reavaliar projetos, valores e prioridades

## **Revista da Faculdade de Educação**

---

que orientam a prática docente e de estudante.

O fato real é que os procedimentos da avaliação estão relacionados com a forma que a escola se organiza como instituição social. Isso exige que o educador e educando passem a perceber que a avaliação não é um ato isolado, mas um instrumento que se configura na articulação com todos os aspectos do processo de ensino e aprendizagem. Frente a uma prática pedagógica alicerçada num modelo de sociedade que concebe a escola como uma entidade separada da vida, da prática social, avaliar configura-se num caráter artificial, fato que, sem dúvida, "colocou como centro da aprendizagem a aprovação do professor, e não a capacidade de intervir na prática social. Aprender para mostrar conhecimento para o professor tomou o lugar do aprender para intervir na realidade" (FREITAS, 2003, p.40).

De maneira oposta, na dimensão da educação, do conhecimento e da ação pedagógica como movimento e resultado da prática social, a avaliação, na perspectiva do diálogo construtivo do conhecimento, propicia um reencontro do aluno consigo mesmo e com o resultado de sua produção.

A possibilidade de se dedicar um precioso tempo de diálogo sobre a sua produção, verificando o movimento de sua aprendizagem, ora de sucesso, ora de fracasso, parece ser a principal razão que impulsiona o aprendiz a querer dedicar/envolver numa tarefa de construir conhecimento. É mediante o diálogo problematizador entre o processo pedagógico e a produção do aluno que o professor encontra os ingredientes necessários para construção e reconstrução de sua prática da educativa. É o exercício dialógico de debater, pensar, construir juntos no cotidiano da sala de aula que seduz o aluno a refletir sobre a sua experiência de aprendizagem e, nesse movimento, propicia o desenvolvimento da autonomia do pensar e agir.

Neste espaço do pensar a avaliação ao sabor da trama de um juízo de valor, vale lembrar que

as relações entre professor e aluno, em nossa escola corrente, vão sendo marcadas por juízos construídos informalmente no dia-a-dia da sala de aula, num plano informal. Esse julgamento informal começa a construir para os alunos estratégias metodológicas diferenciadas em sala de aula, na dependência dos juízos. Quando a avaliação formal entra em cena, a avaliação informal já atuou no plano da aprendizagem, de maneira que aquela tende apenas a confirmar os resultados desta (FREITAS, 2003, p.45).

Portanto, se o professor não fizer uma opção política que vise alterar a lógica da exclusão seletiva do sujeito está subjacente à concepção de avaliação herdada do modelo de escola organizada a partir da seriação no ensino ciclado, por mais que se deseje a inovação, na relação cotidiana, permanecerá a mesma lógica da seletividade e ambigüidade no processo avaliativo. Embora, no ensino organizado em ciclos de formação esteja presente o germe da resistência/contestação da organização escolar vigente, na perspectiva de encontrar um outro caminho que possa diminuir a seletividade no ensino fundamental, faz-se necessário ser mais ousado no processo de alteração da representação profissional que reproduza lógica da seletividade social do aluno. Faz-se necessário uma oxigenação da auto-estima, autoconceito da profissão e concepção da finalidade social da educação e, assim, do processo de ensino e aprendizagem. Faz-se necessário assumir a postura /solidariedade de classe no processo de ensinar, avaliar, aprender e construir conhecimento com o aluno na sala de aula.

A grande questão da avaliação é compreender "o que sabe quem erra na perspectiva que o sujeito possa ampliar os conhecimentos que já possui, partindo de seu tempo, com seu caminho, com seus recursos, com ajuda do coletivo" (ESTABAN, 1999, p.24). Enfim, como sou otimista, continuo acreditando que, das ruínas do conflito humano, venha nascer a possibilidade da ruptura com as regras do jogo da escola seletiva, visto que o ser humano é um ser brincante que se notabilizou por sua capacidade de estar incessantemente em busca, em processo.

Por isso, que alicerçado ao aporte teórico freiriano, nos pressupostos construtivistas sobre o ensino e aprendizagem e, levando-se em conta a teoria implícita que ilumina o currículo, o professor tem o dever de reconhecer que um

bom ensino contribui positivamente para tornar boa a aprendizagem e que uma boa atividade de ensino e aprendizagem torna boa a avaliação". Assim como, "uma boa avaliação torna boa a atividade de ensino e boa a atividade de aprendizagem. O fato é que quem aprende tem muito a dizer do que aprende e da forma como faz (ÁLVAREZ MENDEZ, 2002, p.36-37).

O ensino organizado em ciclos de formação não parte da premissa de abolir a avaliação. Ao contrário, exige uma avaliação

## **Revista da Faculdade de Educação**

---

rigorosa mais abrangente que consiste em envolver todo o processo de relação entre ensino aprendizagem proporcionada pelo professor.

A organização por ciclos de formação objetiva assegurar ao educando o tempo necessário para a aquisição de conhecimentos e habilidades. O conhecimento é tratado como processo de natureza dinâmica, o qual é construído continuamente pelo aluno, através da relação com o mundo que o envolve" (MENDES E RICHTER, 2003, p.24).

Que papel você quer assumir frente à avaliação: de agente de controle (de seleção social) ou como sujeito comprometido com o crescimento do aluno e melhoria da escola? .

Avaliar implica em resultado que precisa ser analisado de modo rigoroso para compreender o que está escondido "em suas entranhas". Então, a conclusão é óbvia, como bem disse Mantoan (2003), "temos de saber aonde queremos chegar para encontrar um caminho, porque não existe o caminho, mas caminhos a escolher, decisões a se tomar. E escolher é sempre correr riscos". Porém, é preciso reconstruir a capacidade de sonhar, porque "para construir o futuro é preciso primeiro sonhá-lo e imaginá-lo" (p.12).

Apesar da descrença e do pessimismo dos acomodados, temos de reinventar o cotidiano e a escola pública a fim de que possa ressurgir o seu verdadeiro poder a serviço do desenvolvimento integral do educando. É a concretização do óbvio, do que é possível, do simples com originalidade. É o caminho da inovação. É a cor do tom, a avaliação ao sabor da trama de um juízo de valor na perspectiva de contribuir com o desvelar da prática educativa excludente e seletiva, visando desenvolver uma prática pedagógica na dimensão que propõe a educação inclusiva.

Para desenvolver uma prática avaliativa significativa, é interessante observar como Freire (1997), que o ato de ensinar

exige o reconhecimento e assunção da identidade cultural. Exige a experiência profunda do assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de Ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros (p.46).

## **Multimáticas - Ano III - nº 03 - Jan/Jun 2005**

---

Nesse sentido, o ato de avaliar se constitui num processo dialógico que sedimenta a comunicação entre o professor e os alunos como ato comum de conhecer e construir coletivamente o conhecimento e tem como eixo norteador de referência o mesmo objeto de estudo. Por isso, no campo da produção do conhecimento, o ato de avaliar o processo de ensino e aprendizagem requer que o professor assumira uma postura dialógica de caráter interdisciplinar no espaço da sala de aula.

Finalizando, reafirmo que a avaliação é um juízo de valor, porém a sua finalidade essencial é proporcionar mecanismo para que o "aluno aprenda mais e melhor". Nisso reside a importância fundamental do professor na condução do processo de ensino para exercer a sua tarefa de avaliador. Ele necessita de se apropriar de um conteúdo teórico e metodológico que garanta a aprendizagem significativa do aluno. E uma prática educativa, sobretudo de avaliação, tem de tornar presente na sua ação a diversidade sócio, político, econômica e cultural do aluno.

Data de recebimento: 14/12/2004

Data de aceite para publicação: 18/03/2005

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ÁLVAREZ MENDEZ, Juan Manuel. *Avaliar para conhecer*: examinar para excluir. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CARVALHO, Ademar de Lima. *Os caminhos perversos da educação: a luta pela apropriação no cotidiano da sala de aula*. Marília. São Paulo. 2002. (Tese de doutorado).

CO RREA, Rosa Maria. "O não-aprender". In: *Presença pedagógica*. V.9 n.54. Nov/dez. 2003. p. 68-72.

DEMO, Pedro. *Avaliação sobre olhar propedêutico*. Campinas: Papyrus, 1996.

ESTABAN, Maria Teresa. "Avaliação no cotidiano escolar". In: *Avaliação: uma prática de novos sentidos*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p.7-27.

## **Revista da Faculdade de Educação**

---

FREITAS, Luiz Carlos. *Ciclo, seriação e avaliação*: confronto de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. "Entrevista". In: *Professor*. Ano 1. n.2. Nov/2003.

GILES, Thomas Ransom. *Filosofia da educação*. São Paulo: EPU, 1983.

MENDES, Olenir Maria; RICHTER, Leonice Matilde. Avaliação da aprendizagem no sistema de ciclos de formação. In: *Presença pedagógica*. V.9. n.54. Nov/dez. 2003. p. 21-29.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar*: o que é/ Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.